ENTRE O LAUDO, A PRÁTICA E A FORMAÇÃO: PERCEPÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Romildo de Oliveira Sampaio
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-3951-2254
Endereço eletrônico: rosampaio@id.uff.br

João Vitor de Abreu Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6354-0288
Endereço eletrônico: victoroli2018@gmail.com

Palavras-chave: educação especial inclusiva; educação física escolar; laudo médico; ensino colaborativo; formação docente.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio das políticas educacionais brasileiras e um compromisso com o direito de todos os estudantes ao acesso, permanência, participação e aprendizagem. Nas últimas décadas, avanços legais consolidaram a escolarização do público-alvo da Educação Especial nas classes comuns, com a oferta de apoios necessários à sua participação.

Nesse contexto, a Educação Especial na perspectiva inclusiva desloca o foco das limitações individuais para a eliminação de barreiras ao aprendizado, exigindo organização pedagógica colaborativa, flexibilização curricular e formação docente contínua.

Na Educação Física, esses desafios se intensificam, pois as práticas corporais envolvem diferentes formas de participação e interação. Nesse cenário, o laudo médico pode contribuir para o planejamento, mas não substitui a avaliação pedagógica, a observação cotidiana e a construção coletiva de estratégias inclusivas.

O ensino colaborativo e a formação docente são elementos centrais para a efetivação da inclusão, embora ainda enfrentem limites no cotidiano escolar. Assim, este estudo busca analisar as percepções de professores de Educação Física sobre o papel do laudo médico, do

ensino colaborativo e da formação docente na Educação Especial na perspectiva inclusiva.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por buscar compreender as percepções de professores de Educação Física acerca do papel do laudo médico, do ensino colaborativo e da formação docente na efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Participaram do estudo 12 professores de Educação Física atuantes em instituições públicas de ensino. Os participantes foram convidados a colaborar voluntariamente com a pesquisa e responderam a um questionário semiestruturado elaborado na plataforma Google Forms, encaminhado eletronicamente após contato prévio.

O instrumento de coleta de dados foi organizado em três eixos temáticos: 1. a função do laudo médico no processo de inclusão escolar; 2. o ensino colaborativo entre os profissionais da educação; e 3. a formação docente para a atuação na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. As questões abertas buscaram compreender as experiências, concepções e desafios apontados pelos participantes em relação a esses aspectos.

Os dados produzidos foram organizados em categorias de análise correspondentes aos eixos investigados, permitindo a identificação de aproximações e divergências nas respostas dos participantes. Além da análise qualitativa das narrativas, realizou-se a sistematização das respostas por meio de frequências percentuais, apresentadas em gráficos, com o objetivo de facilitar a visualização e a interpretação dos resultados, sem perder de vista a natureza qualitativa da investigação.

A interpretação dos dados foi fundamentada na legislação educacional vigente e na literatura especializada sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, formação docente, ensino colaborativo e Educação Física escolar, buscando compreender como as percepções dos professores dialogam com os princípios que orientam a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em três eixos analíticos, correspondentes às dimensões investigadas pelo estudo: a função do laudo médico no processo de inclusão escolar, o ensino colaborativo e a formação docente para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em relação ao primeiro eixo, todos os professores participantes reconheceram que o laudo médico constitui um importante instrumento para o conhecimento inicial das características e necessidades do estudante. Entretanto, os participantes foram unânimes ao afirmar que esse documento, por si só, não é suficiente para orientar a prática pedagógica. As respostas destacaram que o planejamento do ensino deve fundamentar-se também na avaliação pedagógica, na observação sistemática do estudante, no diálogo com a família e com os demais profissionais da escola, bem como na elaboração e no acompanhamento do Plano Educacional Individualizado (PEI). Esses resultados evidenciam uma compreensão alinhada aos pressupostos da educação inclusiva, que compreende o estudante para além do diagnóstico clínico e valoriza suas potencialidades, possibilidades de aprendizagem e formas de participação no contexto escolar.

No segundo eixo, referente ao ensino colaborativo, verificou-se que 91,7% dos participantes afirmaram existir articulação entre os profissionais da escola para o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Contudo, os professores ressaltaram que essa colaboração ainda enfrenta desafios relacionados à insuficiência de profissionais especializados, à ausência de momentos sistemáticos de planejamento coletivo e à limitação de recursos institucionais que favoreçam o trabalho integrado. Apenas 8,3% dos participantes consideraram que essa articulação ocorre de forma insuficiente. Esses achados indicam que o ensino colaborativo é reconhecido como elemento fundamental para a construção de práticas inclusivas, embora sua consolidação ainda dependa de melhores condições de organização do trabalho pedagógico e de investimentos institucionais.

Quanto ao terceiro eixo, os resultados evidenciaram que 91,7% dos professores consideram que a formação inicial não os preparou adequadamente para atuar na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Os participantes destacaram a necessidade de ampliação das oportunidades de formação continuada, do acesso a conhecimentos específicos

sobre inclusão e da criação de espaços de estudo, planejamento e troca de experiências entre os profissionais da educação. Apenas 8,3% avaliaram que sua formação foi suficiente para responder às demandas encontradas no cotidiano escolar. Esses resultados reforçam que a qualificação permanente dos docentes constitui condição essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem, a participação e o direito à educação de todos os estudantes.

De modo geral, as percepções dos professores revelam convergência entre os princípios da legislação educacional vigente e as demandas vivenciadas no cotidiano escolar. Os dados evidenciam que a efetivação da educação inclusiva não depende exclusivamente da existência de dispositivos legais ou de diagnósticos clínicos, mas da articulação entre avaliação pedagógica, ensino colaborativo, formação docente e condições institucionais que favoreçam o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas e socialmente comprometidas.

CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os professores de Educação Física participantes compreendem o laudo médico como um importante instrumento de apoio ao planejamento pedagógico, mas reconhecem que ele não deve orientar, de forma isolada, as práticas educativas. A avaliação pedagógica, a observação contínua do estudante, a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e o diálogo entre os diferentes profissionais da escola foram apontados como elementos essenciais para a construção de processos de ensino comprometidos com a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.

Os achados também demonstram que o ensino colaborativo é reconhecido como estratégia indispensável para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Entretanto, os participantes destacam a necessidade de ampliar as condições institucionais para o planejamento coletivo, fortalecer as equipes multiprofissionais e assegurar recursos humanos e pedagógicos que favoreçam a atuação integrada entre os profissionais da educação.

No que se refere à formação docente, a predominância de professores que consideram insuficiente sua formação inicial reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da formação continuada, articuladas às demandas reais do cotidiano escolar. Mais do que ofertar cursos, faz-se necessário promover processos formativos permanentes

que possibilitem reflexão crítica sobre a prática, construção coletiva de conhecimentos e desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas.

Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, trabalho colaborativo e organização pedagógica da escola. Ao evidenciar as percepções de professores de Educação Física da rede pública, este estudo contribui para o debate sobre os desafios e as possibilidades da inclusão escolar, reafirmando a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a garantia do direito à educação, à participação e à aprendizagem de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

FONSECA, Michele Pereira de Souza. **Educação Física Escolar e Inclusão**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

LOPES, Carlos Eduardo Vaz; CARVALHO JÚNIOR, Arlindo Fernando Paiva de. Educação Física escolar na pandemia: e os estudantes com deficiência visual? **Revista Didática Sistêmica,** v. 23, n. 2, p. 154-168, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. **Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva**: formação, práticas e acessibilidade. Porto Alegre: CRBF, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, Lev S**. A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.